


**EDITAL N° 52/2025 PPGCSA-UEPG**

A Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, no uso de suas atribuições, tendo em vista os Editais 40, 43, 44, 46, 47, e 49/2025, divulga a prova escrita teórica e o respectivo gabarito do processo de seleção para o Curso de Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas para o ingresso no 1º SEMESTRE LETIVO DE 2026:

**SELEÇÃO 2026 – Mestrado – PROVA OBJETIVA**

**INSTRUÇÕES:**

- Preencher o nome completo e o número do RG na ficha de identificação ao final do Cartão de Respostas, com caneta e com letra de forma;
- Entregar a ficha de identificação devidamente preenchida a um fiscal de sala, quando este solicitar;
- Não colocar nenhuma referência pessoal ou identificação no Cartão de Respostas (com exceção da ficha de identificação), sob pena de eliminação;
- Durante todo o período de realização da prova, o documento de identificação apresentado, contendo o número do RG, deve permanecer sobre a mesa do(a) candidato(a). É permitido se ausentar da sala antes do término da prova somente acompanhado de um fiscal de sala e com a prévia autorização deste;
- Não converse durante a prova. Em caso de necessidade, levante a mão e um fiscal de sala atenderá;
- Telefones celulares devem ser desligados. Não é permitido qualquer tipo de consulta, utilização de material eletrônico ou empréstimo de material durante a realização da prova, sob pena de eliminação;
- A realização da prova, inclusive o preenchimento do Cartão de Respostas, deve ser restrita ao número de folhas entregues;
- O Cartão de Respostas não deve conter anotações adicionais, deve ser preenchido com caneta e não deve ser usado corretivo, sob pena de eliminação;
- O tempo de elaboração da prova é de 2 (duas) horas, incluindo a leitura das instruções, o preenchimento da ficha de identificação, e o preenchimento do Cartão de Respostas;
- Dentre as 14 (catorze) questões da prova, deve-se escolher 10 (dez) questões para responder, e transcrever as respostas no Cartão de Respostas. Apenas estas 10 (dez) questões serão consideradas para o cálculo da nota da prova objetiva.
- Será atribuída a nota no valor de 1,0 (um) ponto a cada questão respondida corretamente;
- Caso o Cartão de Respostas contenha o preenchimento de um número de questões superior a 10 (dez), considerar-se-á para o cálculo da nota da prova somente as primeiras 10 (dez) questões preenchidas no Cartão de Respostas.
- O preenchimento do Cartão de Respostas deve seguir o seguinte modelo: .
- Deve-se assinalar apenas uma alternativa de resposta por questão, não sendo permitido rasuras. Qualquer outra forma de preenchimento, e/ou o preenchimento de mais do que uma alternativa de resposta por questão, e/ou a ocorrência de rasuras, anulará a nota da questão;
- A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas;
- Ao término da realização da prova, o Cartão de Respostas deve ser entregue a um fiscal de sala;



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

- O único instrumento que será utilizado para o cálculo da pontuação final dos candidatos na prova objetiva será o Cartão de Respostas.

**SELEÇÃO 2026 – Mestrado – PROVA OBJETIVA:**

**QUESTÕES RELATIVAS A ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DO PROGRAMA:**

1. No Capítulo 2 da obra de Fleury (2024), é argumentado que a ascensão da austeridade pós-1988 no Brasil é um fenômeno com profundas raízes institucionais. De acordo com a tese central do autor, o principal impacto da fixação de regras fiscais rígidas no país foi:

A) A construção de um ambiente propício à atuação anticíclica do Estado, por meio da desvinculação das finanças públicas do capital financeiro, o que permitiu o financiamento da ordem econômica e social da Constituição de 1988.

B) O fortalecimento do poder regulador do Estado, que passou a ser o prestador direto de serviços sociais e buscou quebrar a resistência política dos setores conservadores, alinhado com o legado do Nacional-Desenvolvimentismo.

C) A imposição de um processo de desmantelamento de políticas públicas, buscando garantir a estabilidade do valor real dos ativos das classes proprietárias e a sanção de ganhos financeiros privados, em prejuízo dos direitos sociais e serviços públicos.

D) A centralização do poder na União, que passou a subordinar o Congresso Nacional e o Judiciário, mas garantiu a expansão dos serviços sociais previstos na Constituição e incentivou a busca pelo pleno emprego e desenvolvimento.

2. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF/2000), implementada no contexto das reformas de austeridade pós-1988, teve impactos significativos no arranjo federativo brasileiro e na provisão de políticas públicas. Segundo a análise do Capítulo 2 da obra de Fleury (2024), qual foi um dos principais efeitos da LRF/2000?

A) A garantia de que os gastos da União fossem submetidos às mesmas regras fiscais de limitação impostas aos estados e municípios, reforçando o espírito cooperativo do federalismo pós-1988 e a expansão dos serviços sociais.

B) A centralização do poder na União, uma vez que a LRF impôs limites rígidos aos estados e municípios (especialmente gastos com funcionários públicos e endividamento), mas não submeteu os gastos federais às mesmas regras.

C) O incentivo à busca pelo pleno emprego e à implementação de políticas financeiras que caracterizavam o Estado Desenvolvimentista, vedando a atuação de interesses econômicos privados.

D) A redução do risco moral entre atores públicos e privados em todas as esferas governamentais, por meio da proibição do socorro financeiro entre os entes, o que levou à maior transparência na gestão do orçamento.

3. O Capítulo 9 da obra de Fleury (2024) reitera a conclusão de que a EC nº 95/2016 (Teto de Gastos) constituiu um mecanismo central e poderoso de desmantelamento das políticas públicas. De acordo com a síntese apresentada, qual das alternativas abaixo descreve as três principais consequências do Novo Regime Fiscal?

A) Impediu a pilhagem do Estado ao limitar o pagamento de juros da dívida pública, descentralizou o poder do Congresso ao fortalecer os mecanismos de controle judicial sobre o orçamento e viabilizou a atuação anticíclica do Estado.

B) Fortaleceu as capacidades do Estado e o poder do Congresso ao priorizar o investimento em infraestrutura por 20 anos, mas fragilizou a Seguridade Social ao desvincular os benefícios do salário mínimo.

C) Retirou o poder do Congresso e da sociedade de moldar o orçamento, alterou a Constituição de 1988 no aspecto social (arrocho em saúde e educação) e inviabilizou a atuação anticíclica do Estado, comprometendo o crescimento econômico.

D) Centralizou a distribuição de recursos para combater as desigualdades sociais e a extrema pobreza, mas resultou na deslegitimação das instituições democráticas ao não ser aprovada por ampla coalizão progressista.

4. Diante do cenário de desdemocratização e desmonte das políticas sociais, os autores do Capítulo 9 da obra de Fleury (2024) estabelecem a reconstrução nacional como um desafio crucial que exige superar as fraquezas institucionais históricas do Brasil. Nesse contexto, qual é o passo fundamental para a superação da trajetória de desmonte e para a construção de um novo modelo de desenvolvimento democrático e inclusivo?

A) Fortalecer o setor financeiro para que os grandes fundos de pensão possam investir em títulos públicos de curto prazo, garantindo a solidez fiscal do Estado, conforme a lógica da "financeirização por juros".

B) Concentrar os investimentos exclusivamente na Seguridade Social, desconsiderando a política econômica, para que os programas de transferência de renda possam criar uma nova base social de apoio ao governo.

C) Promover a reforma tributária focada em isenções fiscais para empresas produtoras de agrotóxicos e alimentos ultraprocessados, incentivando a produção agroindustrial e a redução da dependência externa.

D) Superar a dicotomia entre o modelo econômico liberal-ortodoxo e as políticas sociais, articulando políticas de proteção (trabalho, emprego, serviços sociais) a um modelo de desenvolvimento econômico inclusivo e desconectando a proteção social do *status* de emprego para garantir a cidadania universal.

5. Qual é o argumento central apresentado no artigo de Lobato (2016) sobre o padrão de bem-estar social inaugurado pela Constituição de 1988 no Brasil?

A. O novo padrão consolidou um modelo de seguridade social robusto e universal, completamente desmercantilizado e imune a reformas neoliberais subsequentes.

B. O padrão constitucional, embora inovador em termos legais, alterou de forma tímida elementos estruturais da dinâmica dos estados de bem-estar, como a desmercantilização e os valores, tornando-o frágil frente a medidas de retração.

C. A Constituição de 1988 promoveu uma quebra radical nas estruturas de políticas sociais preexistentes, acompanhando integralmente as reformas radicais levadas a cabo na América Latina durante os anos 1990.

D. O Brasil, ao contrário dos países europeus, conseguiu evitar o processo de redução (*retrenchment*) das políticas de *welfare* graças à prevalência de um forte consenso político-partidário.

6. O Conceito de desmercantilização, conforme desenvolvido por Esping-Andersen e aplicado ao caso brasileiro, diz respeito à autonomia dos indivíduos em relação à dependência do mercado de trabalho. De acordo com a análise de Lobato (2016), quais elementos demonstram a fragilidade do processo de desmercantilização do estado de bem-estar brasileiro?

A. A alta taxa de cobertura e a suficiência do Benefício de Prestação Continuada (BPC) para o amplo contingente de pessoas com deficiência.

B. O crescimento expressivo e qualitativo do emprego formal no setor de serviços, que garantiu alta qualificação e remuneração acima de dois salários mínimos para a maioria dos trabalhadores.

C. A precariedade do emprego, o baixo nível educacional da população, a insegurança em relação ao acesso a benefícios em situação de risco e a insuficiência dos serviços universais.

D. A ausência total de benefícios que possam ser considerados desmercantilizantes, como a aposentadoria rural e o salário mínimo para os benefícios previdenciários.

#### **QUESTÕES RELATIVAS A LINHA 1:**

7. No texto "As Estruturas Elementares das Políticas Públicas", Geraldo di Giovanni propõe uma conceituação de política pública que vai além da simples ideia de intervenção estatal em uma situação problemática. Para o autor, a proposta decorre de um modo específico de entender e conceituar historicamente as políticas públicas. Assinale a alternativa que apresenta a conceituação de política pública defendida por ele:

A) Uma intervenção estatal pontual, resultado direto de pressões políticas exercidas por partidos e movimentos sociais, com foco estrito na resolução imediata de problemas administrativos.

B) Um conjunto de práticas cristalizadas e recorrentes que, embora apresente um alto grau de organicidade interna, não possui relevância direta nas relações entre Estado e economia.

C) Uma forma contemporânea de exercício do poder nas sociedades democráticas, resultante de uma complexa interação entre o Estado e a sociedade, entendida aqui num sentido amplo, que inclui as relações sociais travadas também no campo da economia.

D) O exercício pleno da cidadania e uma cultura política compatível, requisitos que configuram a estruturação republicana da ordem política vigente.

8. O artigo de Ivan Filipe de Almeida Lopes Fernandes e Lia de Azevedo Almeida (2019) oferece uma **revisão abrangente** das teorias e modelos que explicam o processo de políticas públicas. Para os autores, as abordagens teóricas mais recentes, denominadas terceira geração, demonstram uma preocupação crescente que reflete as transformações nas atividades estatais e a complexidade dos desafios contemporâneos. Qual é o foco central dessas abordagens?

A) A manutenção dos pressupostos de parâmetros estáveis externos ao subsistema.

B) A análise de custo/benefício, ressaltando os valores de eficiência e eficácia.

C) A separação completa entre a ciência básica e a análise aplicada.

D) A complexidade institucional e o gerenciamento do processo das políticas.

9. O texto de Celina Souza (2006) trata de uma revisão importante sobre políticas públicas. Para a autora, o modelo do Ciclo da Política Pública inclui o estágio de definição de agenda (*agenda setting*). Uma das abordagens sobre a definição de agenda focaliza a Política propriamente dita (*politics*). Segundo o artigo, quando o ponto de partida da política pública é dado pela Política (e não pelo problema a ser enfrentado), como se constrói o consenso sobre a necessidade de se enfrentar um dado problema? Assinale a alternativa correta:

A) O consenso é construído principalmente pela persuasão, já que o foco é o problema, e não a disputa política.

B) A construção da consciência coletiva depende da força ou fraqueza dos grupos de interesse invisíveis, como acadêmicos e burocratas.

C) O consenso é construído mais por barganha do que por persuasão, envolvendo o processo eleitoral, mudanças partidárias ou ideológicas, e a força dos grupos de interesse.

D) O processo se baseia em decisões marginais e incrementais que desconsideram mudanças políticas ou substantivas, mantendo o *status quo*.

10. Joaquín Herrera Flores (2009) argumenta que a teoria tradicional dos direitos humanos incorre no risco metodológico do "voo de Anteu", referindo-se ao perigo de que, ao se afastar do chão (o contexto material das lutas), a teoria perca sua força e relevância. Na análise do autor sobre a complexidade econômica e filosófica dos direitos humanos no contexto do neoliberalismo e da globalização, o "voo de Anteu" representa a seguinte consequência nefasta para a luta por dignidade:

A) A negação do caráter religioso dos direitos, limitando a capacidade de mobilização social e espiritual na periferia.

B) A tendência a considerar os direitos como ideais abstratos, neutros e essenciais, isolados das lutas sociais e das condições econômicas, transformando-os em meras "técnicas procedimentais" a serviço da ideologia de mercado.

C) A inevitável polarização entre direitos civis e direitos sociais, impedindo o reconhecimento da interdependência e indivisibilidade de todas as gerações de direitos.

D) A incapacidade de diferenciar a complexidade cultural (o universal versus o particular) da complexidade jurídica (o dever ser versus o ser).

### **QUESTÕES RELATIVAS A LINHA 2:**

11. Conforme o artigo intitulado "Temas transversais ou conteúdos disciplinares? Cultura, cidadania e diferença", de autoria de Wenceslau e Silva (2017), assinale a alternativa correta:

A) O conceito de cidadania foi delineado em torno de um sujeito coletivo, estritamente ligado à sociedade e ao Estado democrático.

B) A reivindicação dos direitos do cidadão no Estado democrático somente se efetivaria se tivessem acesso à educação, em especial a educação inclusiva.

C) No cenário sócio-político do Brasil, a cultura democrática de vivência social era amplamente difundida, tendo em vista que a cidadania ativa era exercida plenamente no cotidiano.

D) Os objetivos do processo educacional, segundo a Carta Constitucional, deveriam contrapor o sistema de ação democrática do cidadão contemporâneo.

12. Conforme o artigo intitulado “Interfaces entre cultura histórica e cultura política”, de autoria de Cerri (2021), tal ensaio teórico parte do conceito de cultura histórica do autor:

- a) Sigmund Freud.
- b) Norbert Elias.
- c) Jörn Rüsen.
- d) Jürgen Habermas.

13. No artigo “O novo marco paranaense da inovação: avanços e retrocessos em termos de conceitos e princípios”, publicado na Revista de Direito Administrativo da USP, são abordadas as relações entre o Sistema Paranaense de Inovação e o Sistema Nacional de CT&I para descobrir em que medida o novo Marco Paranaense da CT&I inova e ultrapassa a mera reprodução de sua contraparte federal, em matéria principiológica e de delimitações conceituais. Ao fazer sua análise, o artigo identifica o que, na opinião dos autores, constitui-se um potencial retrocessos da legislação paranaense em relação à sua contraparte federal. Como exemplo do retrocesso os autores citam:

- A) A definição de parque tecnológico no marco paranaense
- B) A criação da Rede Estadual de Ciência Tecnologia e Inovação e o Programa AGEUNI
- C) A classificação sobre as startups no marco paranaense
- D) A visão sobre ambientes promotores de inovação no marco paranaense

14. No artigo “UMA ANÁLISE DO TRATAMENTO DO MARCO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARANAENSE (LEI No 20.541/2021) PARA O EMPREENDEDOR DIGITAL CULTURAL, DENTRO DA PERSPECTIVA DA ECONOMIA CRIATIVA” publica pela Revista Humanidades e Inovação, os autores citam atividades nas quais os artistas atuam como empreendedores digitais culturais, dentre estas atividades NÃO SE INCLUI:

- A) Distribuição de singles em plataformas de streaming
- B) Proteção aos bens da banda com o depósito de patentes
- C) Aplicação de estratégias de marketing
- D) Criação e comercialização de produtos relacionados com suas atividades culturais

### SELEÇÃO 2026 – Mestrado – CADERNO DE RESPOSTAS

QUESTÃO	RESPOSTA			
1	a	b	c	d
2	a	b	c	d
3	a	b	c	d
4	a	b	c	d
5	a	b	c	d
6	a	b	c	d
7	a	b	c	d
8	a	b	c	d
9	a	b	c	d
10	a	b	c	d
11	a	b	c	d
12	a	b	c	d
13	a	b	c	d
14	a	b	c	d

## 2. OBSERVAÇÕES

- 2.1 A interposição de recursos contra o gabarito da Prova Escrita Teórica deve ser encaminhada pelo e-mail do PPGCSA: [prog.cienciassociaisaplicadas@gmail.com](mailto:prog.cienciassociaisaplicadas@gmail.com) entre os dias 08 e 09/12/2025 até às 23h59;
- 2.2 O Edital com a divulgação do gabarito final da Prova Objetiva Teórica e resultado definitivo dos candidatos classificados para a próxima ETAPA será disponibilizado em 10/12/2025 pelo link: <https://www2.uepg.br/ppgcsa/editais/>

Ponta Grossa-PR, 08 de Dezembro de 2025.

**DÊ CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE.**

**Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lislei Teresinha Preuss**  
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas